



A TRAMA DO TRABALHO ARTESANAL PARA MULHERES CEARENSES: DESVENDANDO CÓDIGOS DE GÊNERO

Hayeska Costa Barroso
Maria Helena de Paula Frota

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetivou analisar o trabalho artesanal e as determinações de gênero dele decorrentes engendradas na vida de mulheres artesãs participantes do Projeto Movimento das Mulheres Empreendedoras (PMME), uma política pública de geração de emprego e renda e de fomento à produção artesanal.

Enquanto objetivos específicos buscou-se compreender os significados atribuídos ao trabalho artesanal e seus sentidos na vida cotidiana das mulheres artesãs; investigar se a iniciativa do projeto ora em questão provocou transformações de alguma natureza e se estas reforçaram a igualdade das/nas relações de gênero ou aumentaram o abismo de desigualdades que ratificam essas mesmas relações; e, por fim, compreender como a inserção em tal política pública influenciou a condição de mulher e a constituição de uma imagem pessoal de si mesma, uma auto-imagem, no seio das esferas pública e privada.

Segundo José Arthur Rios (1980), o artesanato surgiu quando da necessidade de se produzir bens de utilidade e de uso rotineiro e até mesmo adornos, expressando a capacidade criativa humana como forma de trabalho através da produção de objetos com as próprias mãos. No Ceará, o trabalho artesanal constitui uma herança histórico-cultural proveniente de três raças distintas: portugueses, índios e negros. O artesanato é uma atividade que exige criatividade e habilidade pessoal. A matéria-prima utilizada na produção pode ser natural, semi-elaborada ou constituída de produtos e/ou sobras industriais. No processo de produção podem ser utilizadas ferramentas manuais e/ou elétricas (exceto industrial), na execução da atividade que deve ser desenvolvida em ambientes domésticos, pequenas oficinas, grupos de produção e entidades associativas.

Dados do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) (2002), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a atividade artesanal é responsável por 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em outras palavras, são cerca de 8,5 milhões de pessoas que, em suas cadeias produtivas, movimentam recursos da ordem de 28 bilhões de reais por ano. Estima-se que o



rendimento médio mensal seja de 03 (três) salários mínimos, sendo de um salário mínimo no interior e 5,5 a 6,0 salários mínimos nas regiões metropolitanas, gerando renda anual de R\$ 30 bilhões.

Em recente pesquisa realizada pelo Banco do Nordeste (2002), o perfil do artesão nordestino revelou que o trabalho artesanal é segmentado sexualmente, ou seja, a diferenciação nas práticas artesanais ocorre de forma culturalmente determinada conforme o sexo e a tipologia. Rendas e bordados, tecelagem e tecidos são executados, em sua maioria, por mulheres, enquanto trabalhos em couro e metal, madeira e cerâmica são realizados por homens. No tocante à renda, os rendimentos auferidos pelas mulheres são inferiores aos dos homens, enfatizando, ainda, que as tipologias exercidas predominantemente por homens possuem maior valor agregado de comercialização.

2. METODOLOGIA

O caminho traçado para a realização da presente pesquisa contou com criterioso estudo bibliográfico com o objetivo principal de aprofundar, de maneira reflexiva e crítica, as leituras das produções teóricas sobre artesanato e gênero. Os sujeitos sociais foram as mulheres artesãs participantes do PMME, mais especificamente do Centro Comunitário do Conjunto São Francisco, localizado no bairro de Antônio Bezerra. A natureza da abordagem foi quanti-qualitativa. A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos: primeiro, durante todo o período de desenvolvimento do estágio supervisionado em Serviço Social, desde outubro de 2007 a dezembro de 2009, contando com pesquisa bibliográfica e documental no acervo da instituição (cadastros e relatórios) e observação participante nas reuniões quinzenais internas, nas reuniões mensais de técnicos do PMME e do Grupo Gestor (composto por representantes artesãos e técnicos) e em visitas freqüentes aos locais de realização das feiras de artesanato; segundo, na aplicação do instrumental de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada, aplicada em meados do mês de fevereiro de 2010 com dez artesãs.

Do total de 23 participantes do PMME no CCCSF, foram entrevistadas 10, o que representa cerca de 44% desse universo. Com o intuito de conhecer o espaço doméstico onde se dava a produção e se apropriar ainda mais da dinâmica dos locais de comercialização e exposição de produtos, optou-se por realizar as entrevistas de modo a contemplar os dois espaços. Assim, 5 entrevistas foram realizadas nas casas das artesãs e as outras 5 na feira da Praia de Iracema.



3. O PERFIL DAS ENTREVISTADAS: UM RETRATO DA MULHER ARTESÃ

O perfil das entrevistadas foi construído a partir dos seguintes elementos: idade, naturalidade, raça/etnia, religião, estado civil e escolaridade. Em relação à idade, todas tinham mais que 35 anos, idade na qual as mulheres, geralmente, já têm casado e tido filhos, concentradas especialmente na faixa etária entre os 51 e 60 anos. Também pode ser considerada uma idade de difícil inserção no mercado de trabalho, que acaba por privilegiar as mais jovens, ainda sem filhos e sem maiores responsabilidades familiares. No tocante à naturalidade, dentre as 10 entrevistadas, apenas 2 tinham nascido na capital cearense, Fortaleza; metade era proveniente de cidades do interior do Estado e as demais oriundas de outros Estados da região Nordeste. Em relação à questão referente à raça/etnia, não lhes foram apresentadas as possibilidades de resposta, ou seja, elas declaravam conforme se auto-reconheciam. Assim, se perceberam de etnias as mais diversas: mista, amarela, parda, mestiça, negra, morena, branca. Quanto à religião, 9 (90%) se afirmou católica, ao passo de 1 (10%) se considerou sem religião, acreditando apenas em Deus. No tocante ao estado civil, ainda que a maioria tenha se declarado solteira, estas possuem uma relação estável com seu companheiro, mas se afirmam na condição de solteiras por não serem casadas legalmente.

Quando à escolaridade, a maioria (60%) cursou o Ensino Fundamental incompleto, seguida do Ensino Médio completo (30%) e Ensino Fundamental completo (10%). Algumas afirmaram que não tiveram oportunidade de estudar durante mais tempo porque tiveram que trabalhar desde muito novas. Em relação à renda individual auferida com a produção artesanal, as entrevistas permitiram observar que grande parte das mulheres não tem uma noção exata do que ganha através do artesanato. Há um desconhecimento em relação aos processos básicos de administração de um pequeno negócio como o é o artesanato. Isso pode dificultar, por exemplo, as possibilidades de expansão e ampliação da produção, visto o fato de não se ter nitidamente o controle de gastos e receitas gerados a partir daquela atividade.

Dentre a renda das 10 entrevistadas, apenas 3 consistiam a renda principal da família obtida através do artesanato. Foi impossibilitada a construção do perfil em relação à renda familiar, pelo fato de algumas mulheres casadas desconhecerem a renda do companheiro. As falas revelam a existência de uma hierarquia entre o homem e a mulher dentro de casa, através da qual a mulher não tem acesso nem conhecimento acerca dos rendimentos do homem.



Vixe, mulher... isso é meio difícil de saber. Não tenho noção. (Entrevistada 6)
Ah, a (renda) do meu marido eu não sei te dizer. Pra falar sinceramente, eu não me meto no dinheiro dele. Eh, mas ele ganha bem. Só posso te dizer que ele ganha bem e muito bem. Ele já tá aposentado, né... (Entrevistada 3)

O trabalho artesanal se apresentou como única atividade econômica para a maioria das mulheres, não possuindo estas nenhuma outra ocupação remunerada.

A maioria das entrevistadas (90%) era sindicalizada através do Sindicato dos Artesãos do Ceará (SIARA) e 100% cadastradas na Ceart. O cadastro na Ceart é a identidade do artesão, onde estão estabelecidas suas tipologias (no máximo duas) e a produção mensal. Por fim, encerrando a parte do instrumental reservada à coleta dos dados sócio-econômicos das entrevistadas, foi-lhes questionado se elas contribuía(m) como autônomas¹ para o INSS. Das 7 que não contribuem, apenas 2 já são aposentadas. Embora reconheçam sua importância, justificam-se por diversos motivos. Aquelas que contribuía(m), ressaltavam a sua importância através de argumentos baseados no princípio de garantias, principalmente quando da impossibilidade para o trabalho. Mas, acredita-se, que o fato de os artesãos não poderem ser reconhecidos legalmente na função de artesão e comporem a vasta categoria dos trabalhadores dito autônomos, dificulta o interesse e essa procura, pois, a partir do momento que se reconhecesse o trabalhador artesão enquanto tal, políticas e projetos poderiam ser desenvolvidos em atendimento às demandas específicas dessa categoria profissional, tão marcada pela sazonalidade climática e de eventos, pelas específicas condições de produção doméstica, pela tênue fronteira que o permite situar-se nos limites da cultura, do turismo e da economia.

4.1. “ARTESANATO É MUITA COISA, NÃO É SÓ ISSO, NÃO” – CONSTRUINDO E DEFININDO CONCEITUAÇÕES SOBRE O ARTESANATO

Compreender como as participantes definem artesanato foi outra questão abordada. Nem sempre elas respondiam diretamente à essa pergunta específica, mas, ao longo da entrevista, davam indícios daquilo que para elas era considerado artesanato, suas significações e representações.

Houve definições que consideraram o artesanato mais pelo seu processo de produção caracterizado pela manualidade (CHITI, 2003). Entretanto, as definições mais correntes priorizaram

¹ Como autônomos, os artesãos se inserem na grande massa de trabalhadores considerados autônomos pela Seguridade Social.



o artesanato pelo seu caráter essencialmente criativo, o que não impede considerá-lo também enquanto trabalho, visto a capacidade que ele tem de congregiar simultaneamente a arte e o labor.

Uma das entrevistadas colocou em pauta o que se pode chamar de teor de originalidade, esse compromisso com o ineditismo, em se produzir produtos singulares, diferentes dos demais. E a esse respeito, considerando a necessidade de originalidade como uma característica muito mais evidente naquele que ele chama de artista, Valladares (1978, p. 10) afirma que é uma situação meramente eventual o artesão ter essa originalidade no que faz, no que pretende fazer, no que inventa, no que propõe. O processo de transformação da matéria-prima, inicialmente amorfa, num produto reconhecido como belo esteticamente e elogiado pelas pessoas gera um sentimento de satisfação nas participantes. Elas se sentem únicas e capazes, se sentem bem por saberem fazer algo de especial, porque são elogiadas pelos outros. Esse reconhecimento pelo trabalho que, mesmo realizado na esfera privada, levam-nas à condição e à esfera pública da comercialização, é algo que não é vivenciado no espaço doméstico, exatamente pelo fato de que a realização das atividades domésticas não são reconhecidas e valorizadas como atividades laborais, como algo que despendeu trabalho, força, dedicação. E aqui o aspecto econômico talvez seja o menos evidente, como enuncia a fala anterior da Entrevistada 10.

Em relação ao aprendizado do ofício artesanal, as respostas explicaram-se com base naquilo que Fleury (2002) chama de “dom” ou “espírito da arte” considerado uma dádiva divina, uma característica desde sempre presente na pessoa, uma qualidade, um atributo que facilita e justifica a aptidão para o artesanato. Outras afirmam ter aprendido sozinhas, imitando alguém, ou com algum familiar/amigo.

Em relação aos pontos positivos e negativos do trabalho artesanal, a principal questão girou em torno da desvalorização do artesanato, principalmente por parte das pessoas que moram na mesma cidade. A valorização costuma se dar por parte de pessoas “de fora”, turistas. O aspecto positivo que mais chamou atenção foi em relação a algumas entrevistadas terem mencionado o processo de transformação de uma matéria bruta, inicialmente sem forma, em algo belo, que, a priori, elas mesmas não se consideraram capazes de produzir.

Diferentemente do que se viesse pensar, apenas duas das entrevistadas mencionaram enquanto ponto positivo o trabalho por conta própria, ainda assim, não deixando de lado a liberdade propiciada pelo artesanato de criar à mercê de sua vontade, de sua inspiração. Mesmo não constituindo, para algumas, um fator impeditivo ao trabalho produtivo feminino, as atribuições como, ter que realizar as tarefas da casa e o cuidado com filhos e poder conciliar as



responsabilidades familiares ainda são colocadas em pauta no momento de destacar o lado positivo do trabalho artesanal.

O trabalho feminino costuma ser desvalorizado em todos os sentidos, fato consubstanciado nos salários consideravelmente inferiores que recebem as mulheres em relação aos auferidos pelos homens quando desenvolvem as mesmas funções. Essa desvalorização ocorre tanto no espaço público quanto na esfera privada. O trabalho de dedicação às atividades domésticas tanto é desvalorizado que não chega a ser reconhecido como tal. Essa idéia é tão reproduzida que leva até as próprias mulheres a acreditarem que são incapazes de serem reconhecidas e valorizadas por algo que venham a fazer. O artesanato mostra para elas mesmas que são capazes e isso influencia diretamente na maneira como essas mulheres passam a se ver, a se reconhecer.

O artesanato gera sentimentos positivos e de satisfação nas artesãs. Elas se sentem bem e capazes. Admiram-se de si mesmas e de suas habilidades. E o ponto mais alto de tudo isso não é nem quando elas mesmas vêem seu produto e o admiram, e sim quando as outras pessoas o fazem. Serem reconhecidas publicamente, pelo fato de comercializarem em espaços públicos, talvez seja a maior recompensa exatamente porque essas mulheres não vivenciam esse reconhecimento em casa, no lar, por parte da família. Para esta última, como se poderá observar, o trabalho artesanal é como outro qualquer e ainda inferior pelo fato de não o considerarem como uma profissão. O artesanato pode ter ser o único meio de valorização de si mesmas dessas mulheres. O produto de seu trabalho parece, para as mulheres entrevistadas, tão superior a elas mesmas que a maioria das artesãs não faz uso dos objetos resultantes de seu trabalho.

4.2. DENTRO E FORA DE CASA: O ARTESANATO (DES) CONSTRUINDO CÓDIGOS DE GÊNERO

Todas as entrevistadas tinham a casa como espaço de produção e reprodução social, utilizada para fins de moradia e também como espaço de trabalho. Isso possibilita que, dentre outros, o lócus da produção artesanal dilua-se com o mesmo dos afazeres domésticos, modificando de forma intensa as relações na esfera privada. Essas mulheres encaram uma dupla, por vezes, tripla jornada de trabalho no espaço do lar.

Elas continuam sendo as principais responsáveis pela administração da casa, não havendo compartilhamento de tarefas, e mesmo no caso em que às mulheres não eram atribuídas diretamente essas tarefas existia outra mulher contratada para realizar estes serviços, ou seja, uma empregada doméstica. Apenas uma das entrevistadas afirmou ter horários fixos para o trabalho artesanal, sendo



este horário comercial. Duas possuíam outra mulher em casa, uma empregada doméstica, auxiliando nos afazeres domésticos. O fato de contarem com esse auxílio, contudo, não representa que não são as responsáveis pelo espaço doméstico. Ainda assim, continuam orientando “de perto” para que a organização do lar seja do agrado dos demais membros da família.

O fato de produzirem em casa permite uma continuidade da reprodução dos papéis sexuais estabelecidos, ou seja, grande parte das tarefas domésticas, cuidados com a família, filhos e idosos, ainda fica, principalmente no encargo das mulheres. Conforme salienta Araújo e Scalon (2005), *o acesso das mulheres ao trabalho pago permanece condicionado pela domesticidade de suas relações, como se fosse uma dimensão exterior às suas vidas.*

Mantém-se uma relação quase cristalizada que põe a mulher como a principal responsável pelos cuidados com a família e esse é um fator que limita as possibilidades de aprimoramento e dedicação às suas atividades laborativas. Conforme afirma Bruschini (2000), as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas. Outras, ainda que se sintam realizadas com o trabalho de artesã, mencionam o cuidado da casa e dos filhos como empecilho para o inserção no mercado de trabalho de maneira formal.

Bruschini (2000) aponta ainda para a questão de que a constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, assim como as características do grupo familiar, como o ciclo de vida e a estrutura familiar. E é na família onde está a maior desvalorização em relação ao trabalho das artesãs. E mesmo quando passam a ser reconhecidos, só o são por propiciarem renda que irá compor também a renda familiar. O trabalho autônomo como o trabalho artesanal ainda é visto como instável tanto financeiramente como em relação aos direitos trabalhistas. A idéia de trabalho corrente é daquele assegurado em carteira assinada, desenvolvido fora de casa, em outro espaço reconhecido publicamente tal.

Ainda que o artesanato gere renda individual para as mulheres, os rendimentos, em sua maioria, não são gastos única e exclusivamente por elas. Pelo contrário, as entrevistas permitiram perceber que os maiores beneficiados são os demais membros da família, filhos e marido. E aquelas que afirmaram, a princípio, gastar consigo mesmas, ao longo de suas falas enunciaram outros fins para os seus rendimentos. Ainda que pouco as próprias mulheres usufruam do dinheiro resultante de seu trabalho consigo mesmas, é inegável que só o fato de possuírem renda própria, mesmo que



afirmem continuamente ser pouco, lhes possibilita certa autonomia, o que pode incidir de maneira positiva na sua auto-estima.

As falas das entrevistadas revelaram outro fato: a continuidade da segmentação da produção artesanal por sexo. A priori, afirmaram não existir nenhuma diferença entre ser artesão homem e ser artesã mulher. Mas, se não, veja os depoimentos.

Hirata e Kergoat (2007) enunciam os dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho: o princípio da separação, baseado na afirmação de existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o princípio hierárquico, no qual o trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher. Ambos rebaixam o gênero ao sexo biológico, reduzem as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados.

No caso observado, o artesanato não é considerado “coisa de homem”, salvo algumas tipologias nas quais a matéria-prima utilizada é o ferro, a madeira, o aço e afins. É, na verdade, sobre o princípio da separação, a priori, que repousa a divisão sexual do trabalho artesanal. Ao artesanato são atribuídas qualidades consideradas femininas, como a delicadeza, o carinho. Essa diferenciação não ocorre apenas entre os artesãos, mas também entre aqueles que apreciam o artesanato, o que pode influenciar sobremaneira na valorização do produto final a partir de quem o produziu. E já aqui pode-se observar o segundo princípio organizador da divisão sexual do trabalho, o hierárquico. Durante a pesquisa foi possível atentar para o fato de que o valor das peças produzidas por homens, ainda que em algumas tipologias consideradas femininas, é superior ao das mulheres.

Por fim, com o intuito de traçar a identidade de mulher artesã das entrevistas, foi-lhes solicitado que se auto-definissem. Talvez tenha sido a pergunta mais difícil e demorada. Elas respondiam com outras perguntas, afirmavam não saber e nunca terem parado para pensar nisso antes. Quando, enfim, fizeram-no, revelaram, talvez, o maior achado dessa pesquisa.

É muito interessante observar que todas se definiram a partir do trabalho que realizam. O trabalho artesanal aqui é construtor da identidade dessas mulheres. Foi através dele que elas passaram a pensar um pouco mais em si mesmas, visto em conta ser algo desenvolvido por elas, que possui a sua marca, uma habilidade que as legitima socialmente, que gera reconhecimento e valorização públicas. Ainda que o artesanato não seja valorizado pelas pessoas naturais da capital cearense, elas se vêem capazes de engendrar valores, de transformar e construir algo que é próprio seu. O trabalho, como categoria fundante de todo ser social, teceu identidades que, mesmo marcadas notadamente pela distinção de sexo/gênero, permitiu a essas mulheres vivenciar



possibilidades até outrora inimagináveis, colocou-as diante de si mesmas e de suas potencialidades e permitiu traçar novos rumos e perspectivas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca para tecer os fios do trabalho artesanal faz lembrar um mapa, como se simbolizasse um retrato da condição feminina, exposta muitas vezes num labor doméstico em que o corpo se desgasta, sem ter seu resultado reconhecido nem valorizado no seio da esfera privada. A grande problemática consiste em ter que lidar com o peso de um sistema onde ainda é freqüente a desigualdade de acesso ao mercado de trabalho e a divisão das tarefas domésticas. Considerar o gênero como elemento estruturante e estruturado das/pelas relações sociais, implicou não apenas em reconhecer o trabalho artesanal através dos princípios da divisão social e sexual do trabalho sobre os quais repousa, mas se apropriar de um discurso revelador muito mais de potencialidades e superação, encontros e desencontros que esse tipo de trabalho representa na vida das mulheres em questão. Para além do trabalho manual, o artesanato possibilitou a vivência de uma autonomia antes impensada e modificou, sobremaneira, a dinâmica das relações familiares, ainda que mais pelos rendimentos do que pelo significado ganho para os membros da família.

Atentando para o caráter manual do artesanato, no que tange à organização do trabalho, recorre-se à afirmação de Hirata (2002), ao reconhecer e chamar a atenção para o fato de que o trabalho manual e repetitivo é predominantemente atribuído às mulheres; daí o trabalho artesanal ser considerado como “coisa de mulher”.

Através do artesanato às mulheres vislumbrou-se a possibilidade de sua autonomização. Autonomia não apenas no sentido estritamente econômico, também em relação à superação da condição limitada da mulher no espaço privado. Pelas vias da produção artesanal, caracterizada essencialmente por ser “caseira”, doméstica, foi mesmo com a comercialização, dada no espaço público, que se encerraram as inúmeras possibilidades de transposição de um *status quo* historicamente hierarquizado de inferioridade e subalternidade. A esse respeito, Hirata (2002) afirma que a divisão sexual pode até permanecer, como de fato acontece, mas ela encerra em si mesma alternativas de superação.

Sendo a mulher a principal responsável pelos cuidados com a família, suas possibilidades de aprimoramento e dedicação às suas atividades laborativas ficam estritamente limitadas. Falta-lhe o reconhecimento no espaço mesmo da vida familiar. Seu trabalho como artesã também foi capaz de abalar os fundamentos patriarcais da família, porque, como afirma Sarti (2005), não desestrutura o



lugar da autoridade do homem nesse espaço. O reconhecimento público, nos espaços de comercialização configurou-se como determinante para o envolvimento das mulheres com o artesanato.

A pesquisa realizada também mostrou que a necessidade de conciliação entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico foi fundamental para a aproximação da atividade artesanal como labor. Observou-se que o aprendizado do artesanato continua se dando na esfera da família, embora se tenha cada vez mais o afastamento e desinteresse das novas gerações em dar continuidade a essa tradição.

O trabalho desenvolvido, na maioria das vezes, se caracterizou como precário pelas condições mesmas da produção, por não assegurar às artesãs proteção e seus direitos trabalhistas, por ter se tornado uma experiência em essência de jornadas múltiplas de trabalho. A casa como espaço de produção e reprodução familiar, agregou a dupla função de espaço de moradia e de trabalho. A flexibilidade nos horários para a realização do trabalho artesanal faz-nas enfrentar um regime de trabalho desgastante, recompensado, contudo, pelos sentimentos positivos e satisfatórios experimentados no fim de cada peça produzida. Assim, a precarização do trabalho assume também uma dimensão relevante na vida das mulheres, visto que são menos protegidas tanto pela legislação do trabalho.

O artesanato gerou, acima de tudo, um resgate de identidade, ainda que parcialmente, há que se destacar. Através dele, projetos de vida foram construídos e caminhos redimensionados. No entanto, ainda há muito que se fazer. As artesãs não utilizam seus produtos, vêem-nos alheios à sua condição, como se não se considerassem no direito de usufruir de algo reconhecidamente belo. Reservam a outros esse direito. Como trabalho tipicamente feminino, o artesanato ainda não foi capaz de fazer com que essas mulheres reconhecessem no seu produto fragmentos de sua própria identidade feminina.

As mudanças ocorridas na vida das entrevistadas a partir da produção artesanal traz à baila o fato de que não se pode mais desconsiderar a questão de gênero na formulação das políticas públicas de trabalho e renda para mulheres. Que estas, se corretamente planejadas e implementadas encerram múltiplas possibilidades de transformação do regime de gênero vigente, basta que se estabeleçam diretrizes equitativas para a intervenção na realidade social, interrelacionando a esfera pública e a privada.



6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi (orgs). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: NEPO/UNICAMP, 2000, p.13-58.
- CHITI, Jorge Fernández. **Artesania, Folklore y Arte Popular**. Buenos Aires: Edições Condorhuasi, 2003.
- FLEURY, Catherine Arruda Ellwanger. **Renda de bilros, renda da terra, renda do Ceará: a expressão artística de um povo**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.
- HIRATA, Helena. e KERGOAT, Daniéle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. [online]. v. 37, nº 132, p. 596-609, set./dez. 2007.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- RIOS, José Arthur. *et al.* **Artesanato e desenvolvimento: o caso cearense**. Rio de Janeiro, Serviço Social da Indústria, 1963.
- VALLADARES, Clarival do Prado. Introdução. In: VALLADARES, Clarival do Prado. (Introd. e Org.). **Artesanato brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1978.